



B. F. Skinner e o mentalismo: uma análise histórico-conceitual (1931-1959)

B. F. Skinner and mentalism: a conceptual and historical analysis (1931-1959)

Marcus Bentes de Carvalho Neto
Emmanuel Zagury Tourinho
Universidade Federal do Pará

Diego Zilio
Universidade de São Paulo

Bruno Ângelo Strapasson
Universidade Positivo/Universidade de São Paulo
Brasil

Resumo

Uma das principais características do Behaviorismo Radical de B. F. Skinner (1904-1990) seria sua crítica sistemática às explicações mentalistas para o comportamento. O objetivo do trabalho foi descrever o que Skinner definia por mentalismo e que críticas fazia a ele entre 1931 e 1959. Com base em trabalhos do próprio autor, observou-se que o mentalismo criticado entre os anos 30 e 40 foi principalmente o presente na Fisiologia Conceitual e nos Behaviorismos de Tolman, Hull, Boring e Stevens. Do final dos anos 40 até 1959, a crítica era dirigida à Psicanálise de Freud e à Psicologia da Consciência. Em relação aos tipos de críticas, não foram observadas mudanças significativas. Discute-se o lugar e a função do antimentalismo no Behaviorismo Radical.

Palavras-chave: mentalismo; antimentalismo; behaviorismo radical; mente; Skinner

Abstract

One of the main characteristics of B. F. Skinner's Radical Behaviorism (1904-1990) is his constant criticism against mentalistic explanations for behavior. The purpose of this work was to describe what Skinner meant by mentalism and what criticisms he made against it between 1931 and 1959. After analyzing some of Skinners' works at that period, it was noticed that the mentalism criticized between the 30's and 40's was the one that was found in Conceptual Physiology and in Tolman, Hull, Boring, and Stevens' Behaviorism. From the late 40's to 1959, criticism was directed especially towards Freud's Psychoanalysis and to Psychology of Consciousness. In relation to the type of criticism made by Skinner, no meaningful change in his argumentation was found. It was also discussed the importance and the function of antimentalism in Radical Behaviorism.

Keywords: mentalism; antimentalism; radical behaviorism; mind; Skinner

Considerações Iniciais

As bases e o alcance das formulações de B. F. Skinner (1904-1990) têm sido alvos constantes de análise dentro e fora da Psicologia (por exemplo, Catania & Harnad, 1988;



Lattal & Chase, 2003; Moore, 2008; Thyer, 1999; Todd & Morris, 1995)¹. Skinner foi responsável pela criação de uma nova ciência do comportamento (a Análise Experimental do Comportamento) e da filosofia desta ciência (o Behaviorismo Radical). Seu pensamento tem inspirado um grande número de pesquisas empíricas e de reflexões teóricas desde a década de 30 do século XX. Parte destas reflexões, algumas delas análises históricas, tiveram como objeto o próprio pensamento skinneriano, suas bases e suas consequências (por exemplo, Mills, 1998; Modgil & Modgil, 1987; Smith & Woodward, 1996).

Os trabalhos de natureza histórica podem vir a fornecer uma visão mais completa e organizada do pensamento de um autor ou de um tema. O produto desse tipo de pesquisa pode fornecer um material estruturado para uma análise crítica sobre um determinado assunto (Coleman, 1995; Morris e outros, 1995). Entretanto, na análise histórica há sempre o risco de ocorrência de conclusões heterogêneas, que dependem tanto dos aspectos específicos que foram investigados quanto dos referenciais tomados por cada pesquisador em sua empreitada. Risco que se torna ainda mais contundente no caso de Skinner. De acordo com Moxley (1992, 1998, 1999), as dificuldades em se interpretar corretamente as proposições de Skinner estariam, em parte, no fato do autor ter mudado sua teoria em alguns dos seus aspectos centrais desde que ela começou a ser elaborada nos anos 30.

As mudanças em si mesmas não seriam tão problemáticas se Skinner as tivesse sinalizado claramente ao longo de sua vida. Ao não fazê-lo, abriu-se a possibilidade de todo tipo de leitura parcial de sua obra, como, por exemplo, a classificação de Skinner como um psicólogo do estímulo-resposta e determinista, que seria parcialmente correta, já que efetivamente o behaviorismo skinneriano teria sido influenciado de forma significativa pelas atividades inicialmente realizadas por Skinner nos laboratórios de fisiologia de Harvard durante o seu doutoramento, mas que é no mínimo imprecisa à luz do modelo de seleção pelas consequências (cf. Moxley, 1998).

Posição semelhante sobre Skinner é defendida por Micheletto (1997). Para a autora, devido à existência de diferentes tratamentos dispensados por Skinner a certos temas ao longo de sua vida, seria possível admitir a noção de “mais de um Skinner”, dada a radicalidade das mudanças observadas em seus escritos.

Em tempo, um dos tópicos que merece análise dentro dos diversos aspectos abordados por Skinner consiste em sua posição acerca dos eventos e conceitos mentalistas e seus papéis na explicação do comportamento. Por criticar sistematicamente as abordagens mentalistas, Skinner acabou sendo descrito como um antimentalista (Day, 1969; Lampréia, 1993; Moore, 1990; Richelle, 1977/1981; Schnaiter, 1984). O antimentalismo é entendido como um traço quase que definidor do behaviorismo radical de Skinner (Moore, 1990, 2008). Richelle

¹ O presente trabalho é parte da Tese de Doutorado do 1º autor, co-orientado pelo 2º e orientado pela Profa. Dra. Maria Amélia Matos (falecida em 2005), a quem dedicamos o artigo. O trabalho foi parcialmente financiado pelo CNPq na forma de bolsa de Doutorado concedida ao 1º Autor.



(1977/1981), por exemplo, sugere que a posição antimentalista de Skinner seria tão central ao seu modelo explicativo para o comportamento quanto a noção de seleção pelas consequências:

O behaviorismo (...) diferenciou-se desde o princípio por sua posição antimentalista. Skinner não parou de afirmar e de explicitar [esse antimentalismo] até o ponto em que é legítimo ver nele uma característica essencial do seu pensamento teórico e metodológico, ao lado da noção da ação seletiva do meio (p. 65).

De fato, desde a sua fundação, o behaviorismo como um todo tem sido identificado como uma alternativa à psicologia mentalista (Heidbreder, 1933/1975; Keller, 1965/1974; Marx e Hillix, 1963/1993). Contemporaneamente, há um conjunto de autores (Abreu, 1988; Baum & Heath, 1992; Day, 1969, 1980, 1983; Hayes & Brownstein, 1986; Matos, 1997; Moore, 1981, 1989, 1990, 2008; Schnaitter, 1984) que discutem o modelo skinneriano de explicação do comportamento a partir do tratamento que ele dá ao mentalismo. Isso se justifica por conta de sua centralidade para a compreensão do behaviorismo radical, já que o mentalismo seria, de certa forma, a sua antítese. O termo “mentalismo” é usado por Skinner para indicar essencialmente o tipo de explicação em psicologia, ou em qualquer outra área que trate do comportamento, da qual discorda e que para ele deveria ser substituída. O cerne de sua divergência reside, segundo Day (1980), na fonte explicativa interna para o comportamento público. Outras razões, de ordem ontológica, por exemplo, também são aventadas (Day, 1969).

Nesse contexto, o presente trabalho versa exatamente sobre o antimentalismo de Skinner, mais especificamente sobre a sua constituição ao longo de sua obra. Haveria ocorrido algum tipo de mudança no pensamento de Skinner acerca do mentalismo ao longo de sua obra? Teriam a definição de mentalismo oferecida por Skinner e as críticas feitas a essa forma de explicar o comportamento mudado nas três primeiras décadas da sua produção acadêmica (de 1931 até 1959)? Em que consistiria a psicologia antimentalista de Skinner nessa fase? Há, nessas indagações, dois principais objetivos interligados: (1) A caracterização e discussão do que Skinner entendia por mentalismo e (2) o levantamento e discussão das críticas feitas às explicações mentalistas. Essas descrições foram feitas de forma sistemática levando-se sempre em consideração o período analisado. Tal período abrange o início da obra de Skinner em Psicologia (1931) até o final dos anos 50 (1959).

Em suma, considerando-se: (a) que a posição antimentalista de Skinner seria um dos pilares do seu behaviorismo (Delprato & Midgley, 1992; Moore, 1990; Richelle, 1977/1981, 1993); (b) que alguns autores têm identificado tanto mudanças em algumas posições skinnerianas quanto manutenções de certos pontos de vista ao longo do tempo (Micheletto, 1997; Moxley, 1992, 1998, 1999); (c) que haveria a possibilidade de que tanto a definição de mentalismo quanto as críticas feitas a ele tenham se alterado conforme o cenário das



psicologias mentalistas em vigor também mudavam (Richelle, 1993); e, por último, (d) a ausência de pesquisas sistemáticas especificamente sobre esse tema central, espera-se esclarecer como Skinner definia e criticava o mentalismo na fase estudada e se houve ou não alguma mudança sobre esse ponto específico nas proposições skinnerianas nesse período.

Para tratar dessas questões, foram analisados os textos de Skinner listados em Epstein (1995), Carrara (1992) e Catania e Harnard (1988) e datados entre o período de 1931 e 1959. Dentre os textos encontrados nesse período foram selecionados 24 que mencionavam o mentalismo, são eles: Estes e Skinner, 1941; Skinner, 1931/1961g, 1935/1961k, 1938/1966, 1945, 1947, 1950, 1951/1961f, 1953, 1953/1965, 1954/1961b, 1954/1961l, 1955/1961h, 1955/1961c, 1956/1961e, 1956/1961m, 1956/1961a, 1957/1961i, 1957/1992, 1957/1961d, 1958, 1958/1961j, 1959/1972.

O período de análise selecionado justifica-se por permitir a caracterização do antimentalismo de Skinner antes do fortalecimento de uma nova forma de explicação mentalista: o cognitivismo. A chamada "revolução cognitiva" (Gardner, 1985/2003; Greenwood, 1999) da década de 1960 traz um novo e importante interlocutor para Skinner, o que potencialmente interfere no seu discurso antimentalista. Entretanto, não há espaço neste texto para explorar as proposições e interlocutores de Skinner nessa época, de modo que no presente artigo optou-se por restringir a análise ao período 1931 a 1959, deixando a investigação dos períodos posteriores para outros trabalhos.

O Conceito de Mentalismo na obra de Skinner

Conforme veremos a seguir, ao longo de sua obra, Skinner apresentou uma miríade de características definidoras do mentalismo. Este não se resumiria simplesmente à tese de que há uma entidade interna denominada "mente". Por conta desse fato, no presente trabalho, optou-se por delinear uma divisão categorial das características demarcatórias do mentalismo. Além de explicitar a complexidade do conceito, essa estratégia também pode auxiliar no esclarecimento do posicionamento de Skinner acerca do tema.

1. A natureza dos eventos mentais:

A primeira categoria diz respeito à natureza do evento sob análise, isto é, às características essenciais à sua existência. Nesse âmbito, Skinner apresenta o mentalismo como eventos de natureza "mental" ou "psíquica" nas seguintes obras: 1931/1961g, 1938/1966, 1945, 1947, 1950, 1953/1965, 1954/1961b, 1954/1961l, 1956/1961m, 1956/1961a, 1957/1992, 1958/1961j, 1959/1972. Em linhas gerais, o mentalismo consistiria na atribuição das causas do comportamento aos eventos internos mentais que não possuiriam bases físicas.



Skinner associa tal caracterização do mentalismo à filosofia cartesiana, à psicologia introspectiva e à psicanálise de Freud.

Outra diferente natureza atribuída aos eventos mentalistas utilizados na explicação do comportamento seria a “fisiológica”. Skinner discorre sobre essa natureza nos textos de 1931/1961g, 1935/1961k, 1938/1966, 1947, 1950, 1953, 1953/1965, 1954/1961b, 1956/1961a e 1958/1961j. Nesse caso, o mentalismo consistiria na atribuição das causas do comportamento aos eventos internos fisiológicos. Não se trata da negação da importância desses eventos como elo necessário da cadeia causal entre eventos ambientais, eventos fisiológicos e as respostas do organismo. O problema estaria em concentrar as causas do comportamento nos eventos fisiológicos, destituindo, assim, de qualquer valor os determinantes ambientais do comportamento.

Uma terceira natureza sugerida para os eventos internos seria a “conceitual”. Abib (1997) distingue pelo menos três tipos de teorias que envolvem eventos de natureza conceitual: (1) teorias conceituais-neurofisiológicas, (2) teorias conceituais-mentais, e (3) teorias puramente conceituais. Nesses três casos, os eventos conceituais possuem como ponto em comum uma ausência de base real independente. No caso dos eventos mentalistas de natureza fisiológica, por exemplo, tais eventos são processos reais do sistema nervoso. Por outro lado, os eventos conceituais seriam construtos *ad hoc* criados a partir da observação do comportamento para justamente explicar o comportamento que fundamentou a sua criação. Esses construtos não se referem ao comportamento propriamente dito, mas a eventos que, pelo menos num primeiro momento, só existem enquanto conceitos. Portanto, os eventos conceituais carecem de qualquer fonte autônoma para justificar a sua existência. Não teriam vida própria, pois seriam totalmente inferidos ou deduzidos dos eventos comportamentais. Skinner trata dos eventos mentalistas conceituais nas seguintes obras: 1931/1961g, 1938/1966, 1944, 1945, 1947, 1950, 1953/1965, 1956/1961m, 1956/1961a e 1957/1992.

Considerações adicionais sobre aspectos ontológicos da proposição mentalista são tratadas com outro vocabulário, mas se referindo ao mesmo problema já explicitado. Skinner fala do “homem em si” como um agente autônomo ou de algumas “faculdades” ou “capacidades” internas ao homem. Essas referências podem ser encontradas nos seguintes textos: 1947, 1953/1965, 1955/1961c, 1956/1961, 1957/1992. Em linhas gerais, Skinner discorre sobre a concepção que apresenta o indivíduo como o agente originador de sua própria ação, livre de qualquer influência do ambiente.

2. O status causal dos eventos mentalistas:

A segunda categoria de análise do conceito de mentalismo diz respeito ao status causal atribuído aos eventos dessa forma classificados. Descrevem-se as diversas modalidades de cadeias causais envolvendo os eventos internos.



Em apenas um texto, Skinner (1958/1961j) trata da cadeia causal direta “evento interno → comportamento” (a seta indica a existência causalidade entre os elementos na direção apontada). Nessa obra, o autor relaciona esse modelo causal ao pensamento psicanalítico, de acordo com o qual um “homem interno” conduziria o “homem externo”. Além dessa descrição, Skinner acrescenta que seria uma prática comum fragmentar esse “homem interno” ou “personalidade” em elementos causadores menores, como, por exemplo, os construtos psicanalíticos do Id, Ego e Superego que supostamente seriam responsáveis pela dinâmica de funcionamento do mental e do próprio comportamento.

Outro tipo de cadeia causal tratada por Skinner possui três elos: “ambiente → evento interno → comportamento”. O autor a analisa nas seguintes obras: 1931/1961g, 1935/1961k, 1938/1966, 1953/1965 e 1954/1961b. Nessa perspectiva, o evento interno seria um mediador entre o mundo exterior e as ações públicas. O comportamento não seria diretamente afetado pelo ambiente e nem os eventos internos seriam autônomos ou impermeáveis aos efeitos do meio. Os três elos estariam interligados, sendo que o elo intermediário interno funcionaria como um filtro, um selecionador, um administrador que regularia como os “inputs” seriam transformados em “outputs”. Nessa perspectiva, o comportamento pode ser entendido como apenas um sintoma, um mero efeito do funcionamento dos eventos internos. Não se nega a influência das variáveis ambientais antecedentes. Mas a história de interação com o ambiente afetaria o comportamento apenas na medida em que teria alguma influência sobre os eventos internos.

O terceiro tipo de cadeia causal descrita por Skinner no contexto do mentalismo inclui a variável hereditária: “ambiente & hereditariedade → evento interno → comportamento”. Trata-se de um refinamento da cadeia causal anteriormente exposta, já que há apenas a adição das variáveis filogenéticas. O autor trata dessa cadeia causal em seu texto de 1956/1961m.

Skinner (1956/1961m) apresenta uma distinção bastante importante no que concerne à natureza dos eventos internos das cadeias causais. Se os eventos internos são vistos como processos fisiológicos, então eles são objetos de estudo de outra ciência: a fisiologia. A Análise do Comportamento lidaria com a relação funcional entre os eventos ambientais e as ações do organismo. Mas os eventos internos poderiam ser vistos como processos “mentais” e/ou “psíquicos”, ou como construtos “conceituais”. Nesse caso, tudo começaria no primeiro elo da cadeia com as variáveis hereditárias e ambientais. Em seguida, esses eventos reais concretos e públicos seriam transformados no segundo elo intermediário interno, em “instintos”, “necessidades”, “vontades”, “memórias”, “hábitos”, entre outros. Estas capacidades internas estariam organizadas em uma “personalidade”, ou qualquer tipo de agência cognitiva controladora, e seus produtos consistiriam nos eventos do último elo, isto é, nos comportamentos públicos. Se a cadeia causal aceita for a primeira, não haveria problemas a não ser a divisão de tarefas entre fisiologia e Análise do Comportamento. Se for



a segunda, então haveria os problemas inerentes à proposição de uma dualidade entre mente-corpo, ou à estratégia de explicação do comportamento que lança mão de construtos hipotéticos criados a partir de observações do comportamento para explicá-lo.

3. Justificativas para o mentalismo:

A terceira categoria de análise do conceito de mentalismo abarca as possíveis razões que levariam à sua própria postulação pelos seus defensores. Todas essas razões são rejeitadas como ilegítimas nos textos de Skinner analisados neste artigo (ver seção “As críticas de Skinner ao mentalismo”), mas para se entender a contra argumentação de Skinner é preciso primeiro ter clareza sobre o que levaria à elaboração e ao uso de explicações mentalistas. Ou, de outra forma, o que justificaria o seu uso amplo.

Uma primeira justificativa aventada para o surgimento das explicações mentalistas estaria na incapacidade de identificar causas ambientais externas presentes para a explicação de um certo comportamento em exame. Não sendo possível ligar uma dada ação a variáveis imediatas no ambiente que a expliquem, deduz-se que estes determinantes estariam dentro de quem age e não seriam, por isso, diretamente observáveis. Nesse sentido, uma causalidade interna seria mantida por uma prova "negativa", ou seja, não seria uma relação construída pela evidência de algo (um "evento interno" afetando concretamente o comportamento), mas pela ausência de outra ("eventos ambientais públicos imediatos" afetando o comportamento). Essa justificativa é analisada por Skinner nas seguintes obras: 1931/1961g, 1944, 1947, 1953/1965, 1954/1961b e 1955/1961c.

Outra justificativa residiria na hipótese de que o comportamento seria um evento caótico e, por conta disso, inexplicável se analisado em si mesmo. Nesse caso, deveríamos atentar para os eventos internos, pois estes sim seriam organizados e, dessa forma, passíveis de análise científica. O comportamento seria, então, um mero efeito do que ocorre internamente – seja em sua “mente”, “cérebro” ou aparato “conceitual”. Skinner discorre sobre essa justificativa nas obras: 1938/1966, 1947, 1950, 1953 e 1956/1961a.

A terceira justificativa para a reivindicação de explicações mentalistas estaria na lacuna inerente à Análise do Comportamento: se se estuda a relação funcional entre os eventos ambientais e as ações do organismo, então são deixados de fora os eventos internos que constituem o elo intermediário da cadeia causal. Haveria lacunas espaços-temporais entre a história de interação com ambiente e os e seus efeitos posteriores sobre o comportamento do organismo. A relação de dependência entre eventos ambientais e as ações seria por vezes não contígua e, por isso, esses eventos seriam descartados como funcionalmente relacionados de forma autônoma legítima. Para ligá-los nesse intervalo, utilizar-se-iam conceitos intermediários mentalistas que teriam o objetivo de fazer a ponte entre a história de interação



e o comportamento presente. Skinner trata dessa justificativa em dois textos: 1954/1961b e 1956/1961m.

Em quarto lugar, outra justificativa em potencial para a utilização de explicações mentalistas estaria na adoção de um modelo causal “animista”, de acordo com a qual as ações ou movimentos de qualquer objeto seriam de responsabilidade de eventos supostamente existentes em seu interior. A chave para a compreensão de um fenômeno estaria na identificação das forças interiores que o moveriam. Tal justificativa é discutida por Skinner nas seguintes obras: 1953/1965, 1954/1961b, 1956/1961m e 1957/1992.

A última justificativa identificada por Skinner estaria na prática de se buscar anomalias fisiológicas para explicar o comportamento. Esta justificativa esteve sob foco em dois textos de Skinner: 1938/1966 e 1953/1965. Tal justificativa seria específica de uma explicação mentalista de natureza fisiológica (real ou conceitual). A sua lógica é simples: há certos distúrbios comportamentais para os quais já se identificaram lesões no sistema nervoso. Então, qualquer comportamento, genericamente, seria função do sistema nervoso. Entender uma ação implicaria, dessa forma, identificar os seus controles subjacentes internos fisiológicos.

As Críticas de Skinner ao Mentalismo

Assim como no caso da definição do conceito de mentalismo, optou-se aqui por apresentar as críticas de Skinner às explicações mentalistas a partir de categorias de análise. Conforme dito na introdução, o antimentalismo é característica central do behaviorismo radical (Delprato e Midgley, 1992; Moore, 1990, 2008; Richelle, 1977/1981, 1993). Dessa forma, é pertinente entender as razões que levaram Skinner a criticar o mentalismo tal como definido pelas categorias expostas na seção anterior.

1. O mentalismo não seria ciência:

Na caracterização de Skinner, um dos problemas do mentalismo está em sua desqualificação para apresentar explicações do comportamento por conta de seu suposto caráter não-científico. O mentalismo não é adequado para explicar o comportamento por partilhar de uma série de pressupostos estranhos ou incompatíveis com o modo explicativo das ciências (físicas e naturais). Há diversos argumentos apresentados por Skinner que se enquadram nessa categoria.

Primeiramente, a não-cientificidade do mentalismo poderia ser atestada por seu vínculo com tradições animistas e supersticiosas de explicação dos fenômenos. No caso do animismo, uma entidade ou essência interna ao organismo seria invocada para explicar sua ação. Tais entidades internas estariam ligadas, por sua vez, a noções religiosas, mágicas



(supersticiosas), como a presença de "espíritos", "demônios" ou "homúnculos", de naturezas distintas (imateriais) dos eventos físicos, que animariam os corpos e conduziriam os comportamentos das pessoas por eles possuídos. Esses seres que habitariam o interior dos hospedeiros teriam sua própria dinâmica decisória interna: seriam, assim, agentes em grande parte autônomos, a determinar o que as pessoas estariam a fazer. Por conta dessa característica, os homúnculos seriam livres de qualquer tipo de controle. Suas ações seriam resultantes de seu "capricho", ao invés do resultado de sua interação com o ambiente. Dessa forma, não haveria leis determinantes do comportamento, já que apenas as "vontades" do homúnculo seriam responsáveis pelas suas ações. Conseqüentemente, por se tratar de fenômeno não ordenado e não regido por leis, não seria possível fazer ciência do comportamento. Skinner apresenta essa crítica em quatro textos: 1953/1965, 1954/1961b, 1956/1961m e 1957/1992.

Em segundo lugar, o mentalismo não seria científico por conta de seu suposto comprometimento com o dualismo entre mente e corpo. Nesse caso, haveria a dicotomia entre mundo físico e mundo mental, cada qual possuindo naturezas e mecanismos reguladores distintos. O problema do dualismo estaria no fato de que não é possível uma abordagem científica dos mecanismos mentais que supostamente interfeririam no mundo físico. Adicionalmente o problema de explicar como eventos de natureza distinta interagem permanece. Ou seja, ainda é preciso responder como é possível que a mente não-física exerça qualquer tipo de influência sobre o corpo físico. Skinner, interessado nos determinantes da ação, pergunta como um evento não-físico – a mente cartesiana –, que não possui extensão e que, por isso, não ocupa lugar no espaço e no tempo, poderia vir a afetar um outro evento inteiramente físico, constituído de matéria e substância – o comportamento dos organismos. O autor trata dessa crítica nas seguintes obras: 1950, 1953/1965, 1954/1961b e 1956/1961m.

A terceira justificativa para a não-cientificidade do mentalismo estaria no fato de que certas características dos eventos mentalistas não possibilitariam um exame científico. A idéia segundo a qual o comportamento seria controlado por um agente interno "livre", por exemplo, plenamente autônomo e espontâneo, impediria a pesquisa científica do comportamento. Afinal, tal agente decisório interior, como o "livre arbítrio", seria, por definição, não determinado por fatores exteriores a sua própria dinâmica. Como o objetivo da ciência seria exatamente identificar as variáveis responsáveis pela ocorrência de um fenômeno, o agente livre rivalizaria com dois dos pressupostos fundamentais da investigação científica: (a) qualquer evento seria determinando (probabilisticamente) e (b) o ser humano poderia conhecer as causas dos eventos investigados. Essa crítica é apresentada nos seguintes textos de Skinner: 1938/1966, 1954/1961b, 1955/1961h e 1957/1992.

Em adendo, o mentalismo seria problemático por adotar uma linguagem não-científica. Em diversos momentos, Skinner faz referências ao caráter coloquial, impreciso, obscuro, sem parcimônia e objetividade, equivocado, vernacular e pré-científico dos termos mentalistas.



Trata-se, então, de uma objeção com grandes variações formais, mas com uma função muito similar: desqualificar as explicações mentalistas por seu descompromisso com a adoção de uma linguagem explicativa das ciências naturais. O ponto em questão estaria nas variáveis de controle do comportamento verbal dos mentalistas. Ao apresentar explicações do comportamento baseadas em eventos internos “mentais” ou “conceituais”, tais como “vontade”, “desejo”, “memória”, “intenção”, e assim por diante, o mentalista está sob controle não dos eventos comportamentais que pretende explicar, mas de outras variáveis que extrapolam o próprio domínio do fenômeno a ser explicado, estando em outro lugar e em outro nível de observação. Essa seria a quarta e última justificativa para a não-cientificidade do mentalismo. Skinner a apresenta nas seguintes obras: 1931/1961g, 1938/1966, 1945, 1947, 1951/1961f, 1953/1965, 1955/1961c, 1956/1961m, 1957/1992 e 1959/1972.

2. O mentalismo não seria a melhor forma de se fazer ciência:

Há outro conjunto de críticas ao mentalismo que não parte da simples negação de sua cientificidade, mas aponta falhas no tipo de conhecimento científico produzido a partir de suas próprias premissas. Para Skinner, o mentalismo até poderia fundamentar a prática científica, mas de forma insatisfatória e parcial. São estas limitações na construção de uma explicação legitimamente científica que serão agora exploradas.

Em primeiro lugar, Skinner considera o mentalismo empiricamente frágil, ou seja, sugere que este tipo de explicação do comportamento careceria de uma base observacional sistemática consistente. As explicações mentalistas não estão ancoradas em dados copiosos produzidos de forma cuidadosa e sistemática, mas acabam por misturar observações parciais erráticas, em geral mal colhidas, com uma ampla tendência a verbalizar mais do que os dados permitiriam. Skinner inclusive chega a classificar o mentalismo de “irrealista” e “retórico”, por ver nesse modo explicativo uma descrição de um mundo inexistente, meramente fictício, incompatível com o mundo real observado com cuidados e critérios rigorosos. Essa crítica está presente nas seguintes obras de Skinner: 1938/1966, 1947, 1950, 1951/1961f, 1953/1965, 1954/1961b, 1956/1961m e 1957/1992.

Em segundo lugar, o mentalismo forneceria apenas explicações circulares acerca do comportamento. Os construtos mentalistas seriam produto de inferências feitas a partir do comportamento que se pretende explicar. Observa-se uma dada relação comportamental para, então, criar um modelo hipotético mentalista que explicaria tal relação. Esses modelos hipotéticos, embora criados a partir do comportamento, não se referem ao comportamento propriamente dito, mas a algo que ocorreria dentro do sujeito, em sua “mente” ou “cognição”. O problema seria que não explicamos o comportamento de um sujeito dizendo que suas ações são conseqüências de suas “vontades”, “emoções”, “intenções”,



“inteligência”, etc., pois ainda faltaria explicar os próprios construtos mentalistas tomados como causas. E para explicá-los precisaríamos recorrer às relações comportamentais a partir das quais eles foram inferidos. Temos, assim, uma relação circular: diante de um comportamento a ser explicado (por exemplo, o grito de uma pessoa) utilizam-se construtos mentalistas (por exemplo, “uma frustração que levou a um ataque de fúria”), mas para explicar os construtos (frustração e fúria) é preciso voltar ao comportamento (o grito). A única evidência do constructo estaria no próprio comportamento a ser explicado. Devido a esse fato, Skinner afirma que o mentalismo fornece apenas ficções explicativas. Essa crítica foi localizada nas seguintes obras: 1938/1966, 1944, 1945, 1947, 1950, 1953/1965, 1954/1961b, 1954/1961i, 1955/1961c, 1956/1961m, 1957/1992 e 1958/1961j.

O terceiro ponto que justifica o argumento skinneriano de que o mentalismo não seria a melhor forma de se fazer ciência advém da história da ciência. De acordo com Skinner, explicações mentalistas foram consistentemente abandonadas ao longo do desenvolvimento das ciências. A explicação mentalista não seria exclusividade da Psicologia e também estaria presente na história de outras ciências, sendo usada para explicar inicialmente outros fenômenos, a partir de supostos eventos internos ou subjacentes (como a *vis viva* explicando o movimento das rochas ou o *phlogiston* explicando a combustão, por exemplo). Contudo, tais explicações marcam apenas o começo destas ciências. Ao progredirem, tais ciências sistematicamente abandonaram o mentalismo explicativo e passaram a adotar explicações funcionais fisicalistas. Skinner parece entender o mentalismo como uma fase natural e preliminar na busca de explicações para os fenômenos do mundo. Entretanto, esta forma de descrever as causas dos eventos foi posteriormente rejeitada pelas próprias ciências que a adotaram e esta informação conduziu Skinner a, segundo ele, “aprender com a história”, chegando então a duas conclusões: Em primeiro lugar, que a explicação mentalista já teria se mostrado ineficaz na história de outras disciplinas científicas. Em segundo lugar, que o mesmo aconteceria ou deveria acontecer na história da Psicologia, para que um efetivo avanço científico tivesse lugar. Essa crítica está presente nos seguintes textos de Skinner: 1931/1961g, 1945, 1947, 1953/1965, 1954/1961b, 1955/1961c, 1956/1961m, 1957/1961i, 1957/1992 e 1958/1961j.

O quarto problema atribuído às explicações mentalistas estaria na dificuldade de observação e manipulação dos eventos focalizados pelos mentalistas. Para Skinner uma causa interna não seria problemática em si mesma. O lugar ocupado por um agente interno controlador não seria em essência um critério suficiente para invalidar ou não uma explicação. O autor pondera apenas que processos causais interiores ao organismo seriam mais difíceis de observar e registrar com a precisão exigida por uma análise científica. A observação e o registro dificultados, por sua vez, abririam espaço para inferências equivocadas sobre as propriedades dos processos internos supostos pela teoria e a interpretação dos dados estaria, dessa maneira, sob suspeita. Mais grave ainda para Skinner



seria o fato de que uma interpretação mentalista, mesmo equivocada, conseguiria em grande parte se manter imune à crítica, pois as variáveis internas ao organismo imporiam dificuldades ao examinador que, por sua vez, não poderia facilmente identificá-las, isola-las e testá-las e, desse modo, verificar seus reais efeitos sobre a ação observada. Essa crítica foi apresentada por Skinner em 1953/1965.

Problemas com o vocabulário mentalista ocupam o quinto ponto crítico aqui apresentado. Especificamente, o mentalismo para Skinner faz uso abusivo de certas metáforas e construtos problemáticos na tentativa de explicar o comportamento. Note-se que não é uma oposição pura e simples ao uso destes instrumentos conceituais na tentativa de compreender um fenômeno complexo. O uso de metáforas e construtos explicativos é uma estratégia legítima em ciência, mas o mentalismo se utiliza de tipos inadequados destas ferramentas explicativas. A inadequação decorre do fato de que as variáveis que controlam o comportamento verbal do cientista mentalista extrapolam as contingências comportamentais que ele pretende explicar. Explicar uma dada relação comportamental atribuindo ao sujeito uma “vontade” implica ir além da relação observada. Provavelmente, o cientista mentalista, ao atribuir ao sujeito uma “vontade”, está sob controle de outras contingências verbais relacionadas às explicações populares – não científicas – do comportamento. Skinner trata do problema das metáforas no texto de 1954/1961b.

Skinner também sustenta, sendo essa a sexta crítica à ciência mentalista, que o mentalismo, mais especificamente o ligado à Psicanálise de Freud e o apoiado na noção de homem autônomo imprevisível, dispensaria o modelo de investigação das outras ciências físicas e naturais, como a medição precisa e a quantificação, e isso para Skinner traria consequências negativas. Ao abdicar-se do sistema da Física e da Biologia, abandona-se também as técnicas de mensuração que foram a principal contribuição das primeiras realizações das outras ciências e que as fez avançar em suas fases iniciais (quando estas estavam imersas em concepções supersticiosas). O mentalismo fica, dessa forma, sem instrumentos eficazes para avaliar com mais exatidão a confiabilidade de suas teorias e progredir através do teste empírico sistemático para um conhecimento cada vez mais preciso sobre a parcela do mundo estudada. Essa crítica está presente nos seguintes textos de Skinner: 1954/1961l e 1956/1961m.

3. O mentalismo impediria o desenvolvimento efetivo das ciências do comportamento:

Em outro conjunto de críticas, Skinner vê no mentalismo um entrave ao desenvolvimento das ciências do comportamento, isto é, de qualquer área científica interessada em estudar o fenômeno.

O primeiro entrave está na extrapolação mentalista. As explicações mentalistas seriam extrapolações justamente por não manterem no mesmo nível ou sistema dimensional o



fenômeno a ser explicado. O comportamento e as suas supostas causas, a "mente", a "fisiologia" (real e conceitual) e as explicações "conceituais", não estariam no mesmo nível de análise e, portanto, não poderiam constituir explicações aceitáveis. Assim, a variável dependente e as variáveis independentes estariam em diferentes níveis de análise. Em poucas palavras, as explicações mentalistas vão além do fenômeno observado. Ao observar um conjunto de ações de um organismo o mentalista se volta não para o plano em que o comportamento teve lugar, mas para outro plano, em outra esfera (suposta) de existência. Além de ser uma objeção metodológica, esta crítica está estreitamente relacionada ao argumento de Skinner segundo o qual o mentalismo fornece apenas ficções explicativas. Encontramos a crítica à extrapolação mentalista nas seguintes obras de Skinner: 1938/1966, 1944, 1947, 1950, 1954/1961b, 1956/1961m, 1957/1992 e 1958/1961j.

O problema da extrapolação também está relacionado, por sua vez, ao segundo obstáculo mentalista para o desenvolvimento das ciências do comportamento: o mentalismo dificulta o estudo do comportamento em si mesmo. O fenômeno comportamental é tratado no mentalismo apenas como uma expressão ou sintoma de processos mentalistas, tais como a "mente", a "cognição", o "sistema nervoso real" e o "sistema nervoso conceitual". Ao partir dessa premissa, o mentalismo teria a função de afastar a investigação do comportamento em si mesmo. Isto poderia ocorrer ao menos de três formas diferentes: (1) paralisando os estudos com a sinalização de já existirem respostas suficientes em outro âmbito mais importante (mental, fisiológico ou conceitual); (2) desencorajando a investigação do comportamento ao atribuir-lhe propriedades que seriam impeditivas da aplicação das técnicas tradicionais das ciências naturais (como o imaterialismo e a autodeterminação); e (3) deslocando o foco de atenção do comportamento para outros supostos eventos ocorridos no interior do sujeito que se comporta. Neste sentido, as ações do sujeito são, para o mentalismo, apenas um indicativo da existência e atividade de outra esfera de eventos internos mais importantes, o mundo mental, fisiológico ou conceitual, estes sim merecedores de investigação. Esta crítica expõe como Skinner via no mentalismo um obstáculo à implementação de seu próprio projeto de uma ciência autônoma do comportamento baseada em pressupostos filosóficos do behaviorismo radical. Podemos encontrá-la nos seguintes textos de Skinner: 1938/1966, 1947, 1950, 1953/1965, 1954/1961b, 1956/1961m, 1957/1992 e 1958/1961j.

Por conta de suas extrapolações, e por dificultar o estudo do comportamento em si mesmo, o mentalismo também acaba por atrapalhar o desenvolvimento das ciências interessadas em estudar esse fenômeno, tais como a Análise do Comportamento, a fisiologia e as ciências sociais. O mentalismo descreveria o fenômeno comportamental equivocadamente e, por isso, forneceria pistas falsas sobre o que seriam e como se deveria lidar com os processos comportamentais. Skinner discorre sobre esse terceiro obstáculo nas seguintes obras: 1947, 1956/1961m e 1957/1992.



Em adendo, o mentalismo também acaba por obscurecer a cadeia causal responsável pelo comportamento. Para Skinner as explicações mentalistas tendem a descrever de forma simplista e imprecisa os eventos reais envolvidos na determinação do comportamento, negligenciando assim muitos detalhes importantes dos fatos. Ao fazer isso, o mentalismo obscurece a cadeia causal completa envolvida. O procedimento mentalista padrão parece ser transformar as variáveis acessíveis ambientais em obscuras variáveis “mentais” intermediárias, guardadas dentro do organismo. Com isso, perde-se de vista as variáveis iniciais concretas da cadeia causal, sendo o elo intermediário, criado verbalmente e inferido do comportamento, incapaz de reproduzir todas as informações relevantes do elo original que em tese deveria substituir. Enfim, as causas internas ou intermediárias mentalistas seriam sempre mais simples que as reais histórias de interação ocorridas no primeiro elo da cadeia comportamental. Os termos mentalistas não podem substituir uma descrição rigorosa e detalhada de todo conjunto de variáveis que teriam atuado e estariam atuando sobre o fenômeno comportamental. Consistindo no quarto obstáculo para o desenvolvimento efetivo das ciências do comportamento. Encontramos essa crítica nos seguintes textos de Skinner: 1954/1961b, 1946a, 1956/1961m e 1957/1992.

Cada fenômeno possui muitas propriedades ou dimensões diferentes. Algumas se mostram mais adequadas que outras ao longo de uma investigação. Em Psicologia, as propriedades tradicionalmente apontadas e adotadas pelo mentalismo não se mostraram as mais relevantes ou críticas para entender o fenômeno comportamental. Grande progresso viria com a adoção das medidas comportamentais corretas e heurísticas, assim como ocorreu na história de outras ciências. Nesse contexto, para Skinner, o quinto obstáculo para o desenvolvimento das ciências do comportamento está no fato de que o mentalismo usa dimensões incorretas do comportamento. Mas o autor não apresenta a crítica sem uma proposta substitutiva. Para ele, a propriedade dinâmica relevante de uma ação estaria na sua probabilidade de ocorrência, na frequência de uma classe de respostas. Segundo Skinner, os termos psicológicos tradicionais obscurecem esta dimensão do evento estudado e com ela a melhor estratégia para estudar o comportamento com sucesso (gerando previsão e controle). Essa crítica pode ser encontrada nos seguintes textos de Skinner: 1950, 1953, 1954/1961b e 1957/1992.

Finalmente, o sexto entrave mentalista consiste em sua violação das variáveis externas no controle do comportamento. A justificativa de Skinner é que em um sistema válido/aceitável as variáveis causais do comportamento devem estar fora do organismo que se comporta por serem essas as únicas passíveis de manipulação direta. Admitindo-se a existência de três elos encadeados: (1) eventos ambientais externos; (2) eventos internos; e (3) eventos comportamentais externos, Skinner considera o primeiro elo (ambiente externo) como a única fonte legítima de informações sobre as causas dos dois elos subseqüentes. Por atribuir as causas do comportamento aos eventos internos, sejam eles mentais, fisiológicos ou



conceituais, o mentalismo transgride este princípio de boa conduta científica e por isso não merece confiança. Trata-se, enfim, do externalismo skinneriano. Podemos encontrar tal crítica ao mentalismo nas seguintes obras: 1953/1965, 1955/1961c, 1957/1992 e 1958/1961j.

4. O mentalismo dificulta a resolução dos problemas humanos:

É coerente supor que por dificultar o desenvolvimento das ciências do comportamento, o mentalismo também dificulte a resolução dos problemas humanos que dependam da tecnologia fornecida por essas ciências. Esta é justamente uma das categorias que compõem as críticas de Skinner ao mentalismo.

Em primeiro lugar, para o autor, além de trazer dificuldades no âmbito científico, o mentalismo tem influência negativa sobre a vida concreta e cotidiana das pessoas. Os problemas humanos são, para Skinner, perpetuados pela estratégia mentalista de explicação do comportamento. Tal estratégia mantém os investigadores afastados das soluções comportamentais para os grandes dilemas da humanidade. De acordo com Skinner, o mentalismo já teria se mostrado ineficaz para ajudar a humanidade a resolver seus problemas. Apesar de serem amplamente adotadas há pelo menos 2.500 anos na cultura ocidental para lidar com o comportamento, as explicações mentalistas não auxiliam no diagnóstico preciso da gênese e mecanismos de manutenção dos males sociais e conseqüentemente também não produzem uma tecnologia suficiente e eficiente para eliminar tais males. Skinner apresenta essa crítica em quatro textos: 1953/1965, 1955/1961h, 1956/1961 e 1957/1992.

Em segundo lugar, o mentalismo dificulta a resolução dos problemas humanos por não adotar o método adequado para o controle do comportamento. As explicações mentalistas seriam estereis na geração de práticas úteis para resolver os problemas humanos, pois se utilizariam de um método inadequado para permitir a manipulação e o controle do comportamento do indivíduo. Sem métodos e técnicas para controlar de forma precisa a ação dos indivíduos, nenhuma solução aos problemas práticos da humanidade poderia ser concebida. Como para Skinner, os problemas sociais mais graves envolvem (direta e indiretamente) comportamentos, são então estes eventos que precisam ser estudados, entendidos e alterados de forma planejada. São dois os textos em que Skinner trata dessa crítica: 1947 e 1958/1961j.

5. O mentalismo permanece por conta da pouca divulgação/produção da ciência do comportamento:

Outro conjunto de críticas versa sobre o caráter provisório e oportunista das explicações mentalistas. Para Skinner, o mentalismo seria produto da ignorância momentânea das causas efetivas do comportamento (achadas na interação concreta entre um organismo



biologicamente constituído e seu ambiente histórico e imediato). Na ausência de evidências ambientais para explicar a ação, ou simplesmente no desconhecimento de tais evidências, surgiriam então nesse vácuo funcional os supostos determinantes mentalistas.

Assim, o primeiro ponto crítico é o oportunismo do mentalismo. É a inexistência ou desconhecimento de explicações funcionais que alimentariam a criação de explicações mentalistas. Uma explicação mentalista segundo essa interpretação não seria produto de uma demonstração positiva (aditiva) de seus efeitos sobre o comportamento, mas um artifício verbal apoiado em demonstrações negativas (ou ignorância das demonstrações positivas) da teoria a ela concorrente, a análise funcional defendida por Skinner. O autor trata do oportunismo mentalista nos seguintes textos: 1931/1961g, 1944, 1953/1965 e 1956/1961a.

Sendo o mentalismo uma explicação oportunista, a produção e divulgação das relações funcionais identificadas por uma ciência do comportamento tornariam os determinantes interiores mentais dispensáveis. Este é o segundo ponto crítico ao mentalismo: o avanço da ciência do comportamento reduz a necessidade de explicações mentalistas. Nesse caso, Skinner sugere que a ampliação da compreensão das variáveis das quais o comportamento é uma função, e a divulgação da ciência do comportamento, reduzem sistematicamente o espaço das explicações mentalistas. O autor discorre sobre o tema nas seguintes obras: 1931/1961g, 1955/1961c, 1957/1961i, 1957/1992 e 1958.

E mais, reduzindo o espaço das explicações mentalistas, a ciência do comportamento provavelmente poderia chegar a um ponto em que seria possível substituí-la por completo. A lógica da argumentação dessa crítica é a de que as explicações mentalistas teriam se tornado plenamente descartáveis diante do acúmulo de evidências empíricas e interpretações científicas da ação complexa geradas pela Análise do Comportamento. O mentalismo tornar-se-ia dispensável para lidar com as ações dos organismos em geral e dos seres humanos em particular, na medida em que as explicações de inspiração behaviorista radical fossem produzidas e divulgadas. Para Skinner, obviamente, a substituição traria ganhos tanto metodológicos (aumento da precisão, do rigor e da confiabilidade na investigação) quanto em repercussões práticas (através da edificação de uma tecnologia do comportamento eficaz em ajudar as pessoas a resolverem seus problemas sociais/ambientais). Encontramos esse terceiro ponto crítico do mentalismo nas seguintes obras de Skinner: 1945, 1953, 1953/1965, 1954/1961b, 1956/1961m e 1957/1992.

6. O mentalismo fornece explicações desnecessárias ou supérfluas para a previsão e controle do comportamento:

Um último tipo de crítica ao mentalismo é de ordem pragmática ou instrumental. As variáveis concebidas nas explicações mentalistas para ordenar as ações são entendidas por Skinner como inacessíveis e intocáveis diretamente e por isso sem o poder para gerar nem a



previsão e nem o controle do comportamento. Por outro lado, e aqui está a essência da crítica, é possível falar/descrever/interpretar/mudar o comportamento satisfatoriamente sem referências aos eventos mentalistas, restringindo-se apenas aos eventos ambientais externos acessíveis.

O que justifica esse posicionamento? Skinner diz que uma vez estabelecida uma relação funcional entre o ambiente e as ações do organismo, o conhecimento do elo intermediário interno seria pragmaticamente desnecessário ou supérfluo, pois o comportamento poderia ser mudado (através da geração de previsão e controle) sem qualquer referência ao elo mediador, apenas alterando o primeiro elo ambiental/externo da cadeia causal. Skinner apresenta esse argumento em três textos: 1953/1965, 1956/1961m e 1958/1961j.

Os Interlocutores de Skinner no Debate com o Mentalismo

Nem sempre é possível identificar na obra de Skinner a quem as críticas são dirigidas. A partir da caracterização aqui apresentada parece prevalecer um tipo de mentalismo ingênuo ou cotidiano, amplamente presente nas descrições psicológicas ou comportamentais da linguagem ordinária, mas sem uma autoria claramente definida ou uma sofisticação teórica que a ligue a um sistema ou escola de pensamento formalmente apresentada. Entretanto, algumas vezes seus interlocutores são nominados textualmente. Considerando que a identificação de quem são os interlocutores de Skinner quando ele faz críticas ao mentalismo pode ser elucidativo para se entender (e avaliar) as caracterizações e críticas feitas a esse modelo explicativo, dispõe-se abaixo a indicação dos autores mencionados.

Nos textos da década de 30, Skinner parece dialogar principalmente com as proposições behavioristas concorrentes de Hull, Tolman e Boring e com a tradição fisiológica (real e conceitual). Em 1944, por sua vez, Skinner menciona os behaviorismos de Hull e Tolman mais uma vez. Nada mais foi registrado sobre os dois depois disso. Ainda na década de 40, Boring é mais uma vez mencionado no texto de 1945. Na mesma obra aparece pela primeira vez uma referência à psicologia de S. S. Stevens. Após essa data, os autores não são mais mencionados. Skinner também permanece dialogando com a Fisiologia nessa fase, especialmente agora a conceitual. No texto de 1947 Skinner pela primeira vez fala da Psicanálise de Freud. Na década de 50, Skinner trata do sistema nervoso conceitual pela última vez em seu texto de 1950. Na mesma obra registrou-se, pela primeira vez, uma referência à Psicologia Introspectiva, interessada nos processos da consciência. Nessa fase, são feitas novas referências à mente consciente e também à mente inconsciente da Psicanálise de Freud. No texto de 1957/1992, uma única menção indireta é feita à Psicologia Cognitiva, com a crítica ao conceito de informação para explicar o comportamento verbal.

Em suma, Skinner parece ter de fato diferentes interlocutores ao longo das três primeiras décadas, prevalecendo o confronto com a tradição fisiológica (real e conceitual) e



com as proposições de Tolman, Hull, Boring e mais tarde Stevens até os anos 40. Em 1947 o aparelho psíquico de Freud é especificamente tratado pela primeira vez e permanece sendo alvo das críticas de Skinner durante os anos 50, ganhando em 1954/1961b, inclusive, um artigo inteiro dedicado a discutir as suas bases. Também prevalecem a partir dos anos 50 referências à mente consciente. O único elemento obtido que pode indicar alguma preocupação com a Psicologia Cognitiva contemporânea foi registrado em 1957/1992. Note-se, porém, que essa versão de mentalismo não mereceu por parte de Skinner um tratamento especial nessa ocasião e mais nada foi escrito a respeito até 1959.

O Lugar do Antimentalismo na Análise Comportamental de Skinner

Com o levantamento descrito até aqui, buscou-se identificar e discutir como Skinner, entre 1931 e 1959, caracterizou o mentalismo e que tipos de críticas dirigiu a esse modo de explicar o comportamento. Diante de considerações sobre a existência de mudanças em aspectos centrais do pensamento de Skinner (Micheletto, 1997; Moxley, 1992, 1998, 1999) e de indicações como as de Richelle (1993) em que o antimentalismo Skinneriano teria uma posição básica que havia sido refinada com o passar do tempo, perguntou-se qual seria essa posição básica e, se houve mudanças, quais teriam sido elas.

Baseando-se nas análises feitas até aqui, é possível notar que as críticas ao mentalismo são anteriores à própria elaboração dos conceitos de comportamento e condicionamento operante. Já no primeiro trabalho estudado, dos anos 30, Skinner (1931/1961g) formula objeções a certas formas de explicação do comportamento apelando para eventos interiores supostamente em atividade dentro dos organismos. O conceito de operante foi importante para a própria crítica ao mentalismo, já que abriu amplas possibilidades de interpretar eventos comportamentais complexos, aparentemente sem qualquer relação com os determinantes ambientais e, por isso, facilmente atribuíveis ao próprio organismo e/ou capacidades mentais dentro dele, como as atividades chamadas de intencionais ou voluntárias. Entretanto, o antimentalismo skinneriano parece independe da unidade de análise adotada para entender a ação dos organismos. Skinner já ingressou na Psicologia como behaviorista e o Behaviorismo de Watson, no qual ele havia se inspirado, era essencialmente um rompimento radical com a tradição subjetivista/mentalista de lidar com os processos psicológicos (Heidbreder, 1933/1975; Marx & Hilix, 1963/1993). Dado esse contexto, parece plausível supor que, para Skinner, ser behaviorista implicava necessariamente ser antimentalista. Diante dos processos psicológicos só havia uma alternativa legítima: uma explicação exclusivamente em termos de comportamento (a relação entre um organismo geneticamente dotado e seu ambiente histórico e imediato, ambos descritos em termos fisicalistas). Daí uma das principais dificuldades de aceitar versões de uma ciência do comportamento nos moldes propostos por Tolman, Hull, Boring e Stevens,



que de alguma forma (por omissão ou por proposição explícita) mantinham vivas as noções mentalistas.

Ao analisar a noção de reflexo na Fisiologia e defender o uso dessa unidade, entendida apenas como relações de dependência (tratadas ainda por "correlações") entre estímulos e respostas, em uma Ciência (independente) do Comportamento, Skinner (1931/1961g) definia qual conjunto de variáveis deveria entrar em sua equação descritiva/explicativa do comportamento, ditando métodos de investigação e um modo de interpretação dos dados produzidos. Interpretação que era baseada em uma análise funcional externalista, e não mentalista, dos dados. É interessante notar como Skinner, em 1931, em grande parte traça a história do afastamento de explicações de natureza mentalista da Fisiologia. De certa forma, esse parece ser o caminho que ele esperava que a psicologia seguisse. A Análise do Comportamento surge então como uma tentativa de caminhar nessa direção.

A compreensão de que aquilo que era defendido nos seus primeiros textos (e.g. 1931/1961g) já configura uma crítica ao mentalismo ganha sustentação nas avaliações do próprio Skinner sobre sua produção na época: "Meu artigo era em parte um ataque às explicações mentalistas do comportamento. No século 19, por exemplo, havia aqueles que defendiam a 'alma' da medula espinhal, a 'Rückenmarkseele'" (1979, p. 68).

A "alma" que havia sido afastada sistematicamente das explicações fisiológicas para compreender o fenômeno da vida e as atividades básicas dos organismos, sempre conseguindo achar outro refúgio mais profundo e aparentemente impenetrável e seguro dos inconvenientes da curiosidade desrespeitosa do método científico, tinha um paralelo com a noção de uma mente criadora, habitando algum lugar no organismo e responsável por sua ação. Restaria a uma Ciência do Comportamento também expurgar as explicações psicológicas de sua entidade mágica, religiosa, sua "alma", sua mente. O confronto com o mentalismo parecia vital para Skinner abrir espaço para uma ciência do comportamento nos moldes definidos por ele:

Eu tenho achado necessário de tempos em tempos atacar os conceitos tradicionais que atribuem um controle espontâneo a um eu interno chamado falante. Somente desse modo poderia abrir espaço para uma explicação alternativa da ação que é o assunto de uma ciência do comportamento verbal a ser construída. (Skinner, 1957/1992, p. 460).

A determinação em reformar toda a Psicologia se fosse necessário, entenda-se remover dela todos os artifícios mentalistas de explicação do comportamento, já estava nos planos de Skinner ainda nos anos 30, quando ainda fazia o seu doutorado:

Minha condição atual é excelente. Estou trabalhando tão duro quanto antes, mas mais livremente – com tempo e assuntos da minha própria escolha. Quase mudei para a fisiologia, que acho fascinante. Mas meu interesse principal reside no campo da Psicologia e eu devo provavelmente continuar



nele, mesmo que para isso, se necessário, tenha que mudar o campo inteiro ao meu modo [de vê-lo]. (Skinner, 1979, p. 38).

Mencionou-se anteriormente que o acúmulo de dados experimentais cuidadosos sobre as relações funcionais existentes entre as respostas de um organismo e seu ambiente, histórico e imediato, não parecia ser condição suficiente para impor ao mentalismo uma retirada da Psicologia. Skinner (1947) menciona que uma teoria não poderia ser combatida e refutada apenas pelos fatos. Afirma que uma teoria só poderia ser substituída por outra teoria. Ao estabelecer contato com a Psicologia, Skinner deparou-se com uma teoria que prevalecia: o mentalismo. Havia uma necessidade urgente de se produzir dados empíricos capazes de elucidar princípios básicos regendo o comportamento. Contudo, a produção empírica por si só não garantiria o espaço das propostas de Skinner dentro da Psicologia e muito menos que a Psicologia fosse transformada em uma Ciência do Comportamento. Uma teoria rival deveria ser concebida, complementando as atividades experimentais de pesquisa, tanto para apontar as falhas das rivais quanto para, construtivamente, divulgar o conhecimento obtido através da experimentação cuidadosa e expandir, através da interpretação, o alcance da explicação behaviorista radical aos fenômenos para os quais ainda não haveria pesquisa empírica conclusiva. Tal teoria seria em essência uma antítese da teoria prevalecente para os mesmos conjuntos de fenômenos. O antimentalismo parece ser, se as premissas indicadas estiverem corretas, o alicerce mais básico do behaviorismo radical.

Sugere-se aqui que o entendimento de Skinner é o de que uma das maiores missões (se não a maior) do Behaviorismo Radical parece ser exatamente o combate ao mentalismo. A importância do antimentalismo seria tão central no ideário skinneriano que com a derrota das explicações mentalistas o Behaviorismo Radical poderia ser enfim aposentado. No final da década de 60, Skinner faz uma previsão interessante sobre o futuro do Behaviorismo Radical:

O Behaviorismo, tal como o conhecemos, eventualmente irá morrer – não porque é um fracasso, mas porque é um sucesso. Como uma filosofia crítica da ciência, ele vai necessariamente mudar como uma ciência do comportamento muda, e os assuntos correntes que o definem poderão estar completamente resolvidos. Behaviorismo, como um – ismo, então terá sido absorvido por uma ciência do comportamento. Sempre haverá espaço para uma lógica de ciência peculiar a tal ciência, mas ela não vai lidar com os assuntos que definem o behaviorismo hoje. (Skinner, 1969, p. 267).

A morte do Behaviorismo seria um sucesso porque ele teria sido absorvido pelo campo psicológico e transformado a Psicologia em uma Ciência do Comportamento. Sendo o Behaviorismo uma teoria cuja principal tarefa seria a expulsão completa do mentalismo, não havendo mais o que combater, não haveria mais também a necessidade de uma teoria antimentalista. O Behaviorismo Radical poderia descansar. Na verdade ele poderia permanecer amplamente modificado, com outras frentes de debate.



Em uma carta datada de 17 de novembro 1932, Skinner elabora seu "Projeto de Campanha Para os Anos 30-60" e explicita seus objetivos para o período, inclusive definindo uma escala de prioridades para cumpri-las:

1. *Descrição experimental do comportamento*. Continuar através das linhas atuais. Propriedades de condicionamento, extinção, drives, emoções, etc. Não se render à fisiologia do sistema nervoso central. Publicar.
 2. *Behaviorismo versus Psicologia*. Sustentar a metodologia behaviorista do início ao fim. Definições operacionais de todos os conceitos psicológicos. Não publicar muito.
 3. *Teorias do conhecimento* (somente as científicas). Definições de conceitos em termos de comportamento. Uma ciência descritiva do que acontece quando as pessoas pensam. Relacionar ao trabalho experimental. Incluir uma teoria do significado. Publicar tarde.
 4. *Teorias do conhecimento* (não-científicas). Crítica literária. Teoria comportamental da criação. Publicar muito tarde, se o fizer.
- Estas estão em ordem de importância, embora 2 e 3 estejam aproximadamente no mesmo nível. Uma considerável parcela de tempo deve ser dedicada ao 1.
- Planos para os anos 60 - (?) (Estes estão além do meu controle atual). (Skinner, 1979, p. 115, *itálicos do autor*).

Observem-se alguns pontos importantes desse planejamento de Skinner exatamente para o período examinado no presente trabalho. Em primeiro lugar, a nota para não se entregar à Fisiologia indica que uma Ciência do Comportamento não poderia ser reduzida ao funcionamento do sistema nervoso. Havia a necessidade de se manter as fronteiras claras entre as duas áreas. Em segundo lugar, o título "*Behaviorismo versus Psicologia*" é significativo, pois sugere como as propostas de Skinner rivalizavam com toda área psicológica, essencialmente mentalista, e que uma Ciência do Comportamento deveria substituir todo aparato teórico da Psicologia tradicional por termos behavioristas, operacionalmente (funcionalmente) estabelecidos. A mesma função teriam os itens 3 e 4.

O otimismo de Skinner, contudo, parece ter sido abalado nos anos 80 com o crescimento da Psicologia Cognitiva e a constatação de que a Psicologia não teria se tornado, afinal, uma Ciência do Comportamento após mais de cinquenta anos de seus esforços antimentalistas. Artigos publicados no final da vida de Skinner, como *Whatever happened to psychology as the science of behavior?* (Skinner, 1987), e o último, de 1990, intitulado *Can psychology be a science of mind?* (Skinner, 1990), estão permeados de auto-reflexão, onde o foco principal seria as razões para a sobrevivência do mentalismo (apesar dos esforços do Behaviorismo Radical e da Ciência do Comportamento) e suas conseqüências, negativas, para a Psicologia e para a própria humanidade.

A despeito desse abalo, ressalta-se, a oposição ao mentalismo permanece como tema central do behaviorismo radical. Tendo Skinner como principal sistematizador do ponto de



vista antimentalista, behavioristas radicais ainda insistem na validade de seu posicionamento (e.g., JEAB, 1993; Behavior and Philosophy, 2007).

Em síntese, ao que parece, os aspectos definidores do mentalismo e as críticas de Skinner foram constantes e recorrentes ao longo do período analisado no presente artigo, sugerindo, assim, que o antimentalismo skinneriano consiste em posição básica e estável no behaviorismo radical. No entanto, embora Skinner tenha passado do otimismo do projeto antimentalista, cujo sucesso resultaria na própria “morte” do behaviorismo radical, ao pessimismo decorrente do caminho que a psicologia tomou com o advento da chamada “revolução cognitiva” (Gardner, 1985/2003, Greenwood, 1999), o antimentalismo continua vivo como característica central do behaviorismo radical. Os dois exemplos citados anteriormente manifestam a atualidade da prescrição antimentalista. Nesse contexto, é provável que o behaviorismo radical esteja muito longe de sua “morte” e ainda seria capaz de fomentar muitos debates e pesquisas dentro e fora da psicologia.

Uma dessas investigações seria, por exemplo, examinar o próprio alcance e sustentabilidade (empírica e lógica) das caracterizações e críticas feitas por Skinner ao mentalismo. As fragilidades indicadas pelo autor caberiam a qualquer mentalismo acadêmico ou se aplicaria apenas ou preponderantemente ao mentalismo ingênuo da linguagem ordinária? Todas as críticas seriam igualmente válidas e sustentáveis? Essas e outras questões derivadas são cruciais e ainda precisariam ser respondidas para que o pensamento skinneriano seja compreendido e avaliado.

Referências

- Abib, J. A. D. (1997). *Teorias do comportamento e subjetividade na psicologia*. São Carlos, SP: UFSCar.
- Abreu, J. (1988). Notas sobre os fundamentos do behaviorismo. *Psicologia: Teoria & Pesquisa*, 4(2), 129-136.
- Baum, W. M. & Heath, J. L. (1992). Behavioral explanations and intentional explanations in psychology. *American Psychologist*, 47(11), 1312-1317.
- Behavior and Philosophy (2007). 35, 1-148.
- Carrara, K. (1992). Acesso a Skinner pela sua própria obra: publicações de 1930 a 1990. *Didática*, 28, 195-212.
- Catania, A. C. & Harnad, S. (1988). *The selection of behavior: the operant behaviorism of B. F. Skinner: comments and consequences*. New York: Cambridge University Press.



- Coleman, S. R. (1995). The varied usefulness of history, with specific reference to behavior analysis. Em J. T. Todd & E. K. Morris (Orgs.). *Modern perspectives on B. F. Skinner and contemporary behaviorism* (pp. 129-148). Connecticut, CT: Greenwood Press.
- Day, W. (1969). On certain similarities between the philosophical investigations of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B. F. Skinner. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 12(3), 489-506.
- Day, W. F. (1980). The historical antecedents of contemporary behaviorism. Em R. W. Rieber & K. Salzinger (Orgs.). *Psychology: theoretical-historical perspectives* (pp. 203-262). New York: Academic Press.
- Day, W. (1983). On the difference between radical and methodological behaviorism. *Behaviorism*, 11(2), 89-102.
- Delprato, D. J.; & Midgley, B. D. (1992). Some fundamentals of B. F. Skinner's Behaviorism. *American Psychologist*, 47(11), 1312-1317.
- Epstein, R. (1995). An updated bibliography of B. F. Skinner's works. Em J. T. Todd & E. K. Morris (Orgs.). *Modern perspectives on B. F. Skinner and contemporary behaviorism*. (pp. 217-226). Connecticut, CT: Greenwood Press.
- Estes, W. K. & Skinner, B. F. (1941). Some quantitative properties of anxiety. *Journal of Experimental Psychology*, 29, 390-400.
- Gardner, H. (2003). *A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva* (C. M. Caon, Trad.). São Paulo: USP. (Original publicado em 1985).
- Greenwood, J. D. (1999). Understanding the "cognitive revolution" in psychology. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 35(1), 1-22.
- Hayes, S. C. & Brownstein, A. J. (1987). Mentalism, private events, and scientific explanation: a defense of B. F. Skinner's view. Em S. Modgil & C. Modgil (Orgs.). *B. F. Skinner: consensus and controversy* (pp. 207-218). New York: Falmer Press.
- Heidbreder, E. (1975). *Psicologias do século XX* (3a ed.). (L. S. Blandy, Trad.). São Paulo: Mestre Jou. (Original publicado em 1933).
- Journal of the Experimental Analysis of Behavior (1993). 60(2), 437-494.
- Keller, F. S. (1974). *A definição da psicologia: uma introdução aos sistemas psicológicos* (R. Azzi, trad.). São Paulo: EPU. (Original publicado em 1965).
- Lampreia, C. (1993). *Os limites das propostas anti-mentalistas behavioristas*. Recuperado em 22 de agosto, 2011, de <http://www.cemp.com.br/limites.htm>



- Lattal, K. A. & Chase, P. N. (2003). *Behavior theory and philosophy*. New York: Kluwer Academic; Plenum Publishers.
- Marx, M. H. & Hillix, W. A. (1993). *Sistemas e teorias em psicologia* (9a ed.). (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1963).
- Matos, M. A. (1997) O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. Em R. A. Banaco (Org.). *Sobre comportamento e cognição* (Vol. 1, pp. 54-67). Santo André, SP: Arbytes.
- Micheletto, N. (1997). Bases filosóficas do behaviorismo radical. Em R. A. Banaco (Org.). *Sobre comportamento e cognição* (Vol. 1, pp. 29-44). Santo André, SP: Arbytes.
- Mills, J. A. (1998). *Control: a history of behavioral psychology*. New York: New York University Press.
- Modgil, S. & Modgil, C. (1987). *B. F. Skinner: consensus and controversy*. Philadelphia: The Falmer Press.
- Moore, J. (1981). On mentalism, methodological behaviorism, and radical behaviorism. *Behaviorism*, 9(1), 55-77.
- Moore, J. (1989). Why methodological behaviorism is mentalistic. *Theoretical and Philosophical Psychology*, 9(2), 20-27.
- Moore, J. (1990). On mentalism, privacy, and behaviorism. *Journal of Mind and Behavior*, 11(1), 19-36.
- Moore, J. (2008). *Conceptual foundations of radical behaviorism*. New York: Sloan Publishing.
- Morris, E. K., Todd, J. T., Midgley, B. D., Schneider, S. M. & Johnson, L. M. (1985). Conclusion: some historiography of behavior analysis and some behavior analysis of historiography. Em J. T. Todd & E. K. Morris (Orgs.). *Modern perspectives on B. F. Skinner and contemporary behaviorism* (pp. 195-216). Connecticut, CT: Greenwood Press.
- Moxley, R. A. (1992). From mechanistic to functional behaviorism. *American Psychologist*, 47(11), 1300-1311.
- Moxley, R. A. (1998). Why Skinner is difficult. *The Behavior Analyst*, 21(1), 73-91.
- Moxley, R. A. (1999). The two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27, 97-125.
- Osgood, C. E. (1982). *Método e teoria na psicologia experimental* (2a ed.). (E. Ramalho, Trad). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Original publicado em 1953).



- Richelle, M. (1981). *Skinner o el peligro behaviorista* (L. Medrano, Trad.). Barcelona, Espanha: Herder. (Original publicado em 1977).
- Richelle, M. (1993). *B. F. Skinner: a reappraisal*. New Jersey, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Schnaitter, R. (1984). Skinner on the “mental” and the “physical”. *Behaviorism*, 12(1), 1-14.
- Skinner, B. F. (1944). Review of Principles of Behavior by Clark L. Hull. *The American Journal of Psychology*, 57(2), 276-281.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *The Psychological Review*, 52(1), 270-277, 291-294.
- Skinner, B. F. (1947). Experimental psychology. Em W. Dennis e outros (Orgs.). *Current Trends in Psychology* (pp. 16-49). Pittisburgh, PA: University of Pittsburgh.
- Skinner, B. F. (1950). Are theories of learning necessary. *The Psychological Review*, 57(4), 193-216.
- Skinner, B. F. (1953). Some contributions of an experimental analysis of behavior to psychology as a whole. *The American Psychologist*, 8(2), 69-78.
- Skinner, B. F. (1958). Reinforcement today. *American Psychologist*, 13(3), 94-99.
- Skinner, B. F. (1961a). A case history in scientific method. Em B. F. Skinner. *Cumulative record: a selection of papers* (2a ed., pp. 76-100). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1956).
- Skinner, B. F. (1961b). A critique of psychoanalytic concepts and theories. Em B. F. Skinner. *Cumulative record: a selection of papers* (2a ed., pp. 185-194). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1954).
- Skinner, B. F. (1961c). Freedom and the control of men. Em B. F. Skinner. *Cumulative record: a selection of papers* (2a ed., pp. 3-18). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1955).
- Skinner, B. F. (1961e). Some issues concerning the control of human behavior. Em B. F. Skinner. *Cumulative record: a selection of papers* (2a ed., pp. 23-36). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1956).
- Skinner, B. F. (1961f). The analysis of behavior. Em B. F. Skinner. *Cumulative record: a selection of papers* (2a ed., pp. 70-76). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1951).
- Skinner, B. F. (1961g). The concept of reflex in the description of behavior. Em B. F. Skinner. *Cumulative record: a selection of papers* (2a ed., pp. 319-346). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1931).



- Skinner, B. F. (1961h). The control of human behavior. Em B. F. Skinner. *Cumulative record: a selection of papers* (2a ed., pp. 18-23). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1955).
- Skinner, B. F. (1961i). The experimental analysis of behavior. Em B. F. Skinner. *Cumulative record: a selection of papers* (2a ed., pp. 100-131). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1957).
- Skinner, B. F. (1961j). The flight from the laboratory. Em B. F. Skinner. *Cumulative record: a selection of papers* (2a ed., pp. 242-257). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1958).
- Skinner, B. F. (1961k). The generic nature of the concepts of stimulus and response. Em B. F. Skinner. *Cumulative record: a selection of papers* (2a ed., pp. 347-366). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1935).
- Skinner, B. F. (1961l). The science of learning and the art of teaching. Em B. F. Skinner. *Cumulative record: a selection of papers* (2a ed., pp. 145-157). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1954).
- Skinner, B. F. (1961m). What is psychotic behavior? Em B. F. Skinner. *Cumulative record: a selection of papers* (2a ed., pp. 202-219). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1956).
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York: The Free Press. (Original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1966). *The behavior of organisms: an experimental analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1938).
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1972). John Broadus Watson, behaviorist. Em B. F. Skinner. *Cumulative record: a selection of papers* (3a ed., pp. 555-558). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1959).
- Skinner, B. F. (1979). *The shaping of a behaviorist: part two of an autobiography*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1987). Whatever happened to psychology as the science of behavior? *American Psychologist*, 42(8), 1-7.
- Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45(11), 1206-1210.



- Skinner, B. F. (1992). *Verbal behavior*. Massachusetts, MA: Copley Publishing Group. (Original publicado em 1957).
- Smith, L. D. & Woodward, W. R. (1996). *B. F. Skinner and behaviorism in american culture*. New Jersey, NJ: AssociatedUniversity Press.
- Thyer, B. A. (1999). *The philosophical legacy of behaviorism*. Boston: Kluwer Academic Publishers.
- Todd, J. T.; Morris, E. K. (1995). *Modern perspectives on B. F. Skinner and contemporary behaviorism*. Connecticut, CT: Greenwood Press.

Notas Sobre os Autores

Marcus Bentes de Carvalho Neto é Doutor e Pós-Doutor em Psicologia Experimental pela USP e Professor Associado II da UFPA.

Emmanuel Zagury Tourinho é Doutor em Psicologia Experimental pela USP, Bolsista de Produtividade do CNPq e Professor Titular da UFPA.

Diego Zilio é Mestre em Filosofia da Mente, Epistemologia e Lógica pela UNESP de Marília e atualmente é Doutorando com bolsa FAPESP em Psicologia Experimental pela USP.

Bruno Ângelo Strapasson é Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem pela UNESP de Bauru e atualmente é Doutorando em Psicologia Experimental pela USP e Professor Adjunto da Universidade Positivo.

Data de recebimento: 20/10/2011

Data de aceite: 30/04/2012